

AMBIENTE

Bird investiga denúncia sobre Planaflo

Técnicos do Banco Mundial estão em Rondônia para avaliar acusações de irregularidades na execução do Plano Agropecuário e Florestal do Estado feitas na semana passada por 25 ONGs

PAULO SOTERO
Correspondente

WASHINGTON — O diretor do departamento do Banco Mundial (Bird) encarregado do Brasil, Gobing Nankani, está em Rondônia para fazer uma avaliação pessoal dos problemas que 25 Organizações Não-Governamentais (ONGs) denunciaram, na semana passada, na execução do Plano Agropecuário e Florestal do Estado, o Planaflo. Nankani tem planos de retornar a Washington ainda esta semana munido de informações para responder às

acusações de irregularidades e omissão que as ONGs fizeram contra a administração do Bird numa petição enviada ao Painel de Inspeção, um órgão de auditoria dos projetos apoiados pela instituição. Luis Curiolo, o funcionário do banco que participou mais de perto da preparação do Planaflo, acompanha Nankani.

O painel ainda não decidiu se aceitará a petição. Um sumário das queixas apresentadas pelas ONGs sugere que algumas das irregularidades apontadas podem ser de responsabilidade de órgãos dos governos federal e estaduais

encarregados da execução do projeto e não do Bird. O objetivo do painel é agir nos casos em que o banco erra na concepção de um projeto, o que não parece estar em discussão no Planaflo, ou, por ação ou omissão de seus técnicos, viola as políticas e cláusulas contratadas.

O Planaflo foi concebido para corrigir os efeitos do desastre ecológico produzido por um outro projeto financiado pelo Bird, o Polonoroeste, que acelerou a ocupação de Rondônia, no fim dos anos 70 e início dos anos 80. O banco concedeu um empréstimo de US\$ 167 milhões ao Planaflo, ou 72% do

custo total orçado. Um sintoma de que o projeto não vai bem é que apenas um quarto do dinheiro foi desembolsado nos últimos dois anos.

O painel de inspeção foi criado em 1993 como um órgão independente. Seus três membros reportam-se diretamente à diretoria executiva do banco. O painel começou a funcionar no ano passado. O governo brasileiro é avalista do empréstimo e um dos

executores do projeto, por meio do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Brasília ainda não se manifestou sobre a petição das ONGs ao painel.

BANCO
EMPRESTOU
US\$ 167
MILHÕES